

Tribunal de Contas de olho em obras do DF

Relatório do tribunal aponta quatro casos com algum tipo de irregularidade

O Tribunal de Contas da União (TCU) entrega, amanhã, às 11h30, ao presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros, resultado de auditoria que aponta irregularidades em obras públicas. Na lista, aparecem quatro obras no Distrito Federal.

Foram auditadas, entre março e julho últimos, 415 obras em todo o País. Deste total foram encontrados indícios de irregularidades graves em 81, para os quais o TCU recomenda a paralisação da execução orçamentária, física ou financeira. O total de recursos previstos para as obras auditadas é de aproximadamente R\$ 20 bilhões.

No DF, duas das obras que aparecem como irregulares receberão recursos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Uma é a adequação de trechos rodoviários da BR-020 (Brasília-Bahia) e a outra é de adequação do Anel Rodoviário da Estrada Parque de Indústria e Abastecimento (EPIA). Ambas aparecem com deficiências no projeto básico-executivo.

No caso da BR-020, o TCU alerta para o descumprimento de determinações anteriores.

As outras duas obras são a de manutenção de unidades residenciais próprias do Exército, por deficiência no projeto básico, e a instalação do sistema de irrigação do Rio Preto, por alterações indevidas no projeto. Esta última, segundo a assessoria jurídica da Secretaria de Agricultura, já foi liberada, por meio do Acórdão 1433, de 20 de setembro último. A unidade do Dnit em Goiás informou que suas justificativas e correções estão sendo apresentadas ao TCU. A BR-020 ainda depende de autorização do Ibama. O Exército informou que as falhas apontadas pelo Tribunal foram sanadas.

O ministro do TCU Valmir Campelo, relator do processo, diz que o elevado custo dos empreendimentos é o principal problema enfrentado pelos órgãos de controle.

SOBREPREGO É COMUM NO PAÍS

Na auditoria do TCU, 87 obras aparecem com indícios de irregularidades graves, mas sem paralisação. Segundo o tribunal, no total, 40,5% aparecem com irregularidades graves; 19,5% têm indicativo de paralisação. A auditoria do Tribunal vai auxiliar o Congresso Nacional na aprovação da Lei Orçamentária de 2006.

Segundo o ministro Valmir Campelo, as ocorrências de sobrepreço e de superfaturamentos respondem por 21% do total de 228 irregularidades graves com paralisação identificadas nos diversos contratos integrantes dos programas de trabalho fiscalizados.

A consolidação da auditoria refere-se à posição em 29 de julho. Responsável pelo convênio com o Ministério da Integração Nacional para a instalação de irrigação da Bacia do Rio Preto, a Secretaria de Agricultura diz que as irregularidades apontadas pelo TCU no projeto da obra foram sanadas e que ela já não tem mais restrições no tribunal.

O custo da obra alcança aproximadamente R\$ 200 milhões e, segundo o assessor jurídico da Secretaria, Júlio Cavalcante, o projeto tem grande importância para o setor produtivo do DF, que depende da Bacia. Já o projeto da BR-020, de acordo com Dnit, será de grande alcance, uma vez que prevê a duplicação de parte da via.

O Exército informou, por meio de nota, que, para atender ao TCU, substituiu a tomada de contas por pregão eletrônico para a manutenção das residências.

(Jornal de Brasília - DF - 28/9)